

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.222 - MG (2018/0304685-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MAFERSA SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADO : JASON SOARES DE ALBERGARIA FILHO E OUTRO(S) -
MG007874
AGRAVADO : TORA LOGÍSTICA ARMAZÉNS E TERMINAIS MULTIMODAIS S/A
ADVOGADOS : VINICIO KALID ANTÔNIO E OUTRO(S) - MG057527
TÉRCIO TÚLIO NUNES MARCATO - MG063564
PATRICIA MARA NUNES DE SOUZA - MG154673
AGRAVADO : SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
ADVOGADO : CRISTIANO ZECCHETO SAEZ RAMIREZ E OUTRO(S) - SP188439

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REIVINDICAÇÃO DE POSSE - LIMINAR - REQUISITOS DO ART. 300 DO NCPC - AUSÊNCIA – INDEFERIMENTO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

- Imprescindível para a concessão da liminar reivindicatória a demonstração da posse injusta do da faixa de terreno vindicada.

- O pedido liminar deve seguir a regra geral do art. 300 do NCPC, devendo ser indeferido se ausente algum dos requisitos legais.

- Não ressai perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e nem mesmo restou evidenciada a probabilidade do direito da recorrente, porquanto, como comprovado, a ocupação do imóvel objeto do litígio é resultado de permuta realizada com o Centro Industrial de Contagem, para construção de via de acesso público para ligação da região com a BR-040 e fomento da área industrial CINCO.

- Decisão mantida.

- Recurso não provido." (e-STJ, fl. 564)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 592/599)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts.389, 397, 1.225, 1.226, 1.227 e 1.228 do CCB; 300 e 489, § 1º, do CPC, sustentando, em síntese, que (a) negativa de prestação jurisdicional e, (b) encontram-se presentes os

requisitos para a concessão da tutela de urgência.

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação dos arts. 300 e 489 do CPC/2015, o recurso não procede.

Extrai-se dos autos que a parte recorrente ajuizou ação reivindicatória em desfavor da parte recorrida, ocasião em que pleiteou o deferimento de tutela de urgência para a desocupação do imóvel objeto da lide.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, mantendo o indeferimento da tutela antecipada, nos seguintes termos:

"O deferimento da tutela liminar fundada na urgência pressupõe a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

(...)

Dito isto, reportando-me à hipótese em tela, não vislumbro a presença dos requisitos para determinar, liminarmente, a desocupação do imóvel pelos recorridos, com a imissão imediata da agravante na posse do imóvel.

A agravante afirma que é legítima possuidora e proprietária da faixa de terreno correspondente a 3.951,99 m², localizado à Avenida Ápio Cardoso, nº 20, Bairro Cincão, Contagem/MG, transcrita e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, sob o nº 84.237, o que é corroborado pelo documento de nº 8. Contudo a recorrente não faz prova de que esta área esteja sendo ocupada indevidamente e ilegalmente pelas agravadas, desde 01/06/2012.

Ao contrário. O que resta demonstrado nos autos é que a faixa de terreno reivindicada, faz divisa com a área atualmente ocupada pelos recorridos, sendo que tal faixa de terreno funciona como via de acesso público para ligação do CENTRO INDUSTRIAL DE CONTAGEM-CINCO à BR - 040.

Dessa forma, ainda que não haja o reconhecimento do trecho como parte do sistema viário municipal, a própria Secretaria Municipal de Contagem reconhece, nos documentos de nº 76/80 que, verbis:

(...)

Na contraminuta de nº 75, a agravada TORA LOGÍSTICA, ARMAZÉNS E TERMINAIS MULTIMODAIS S/A, explicita que a via de acesso existente no local objeto da lide, "foi construída nos idos de 1.981, ou quando muito, nos anos seguintes, quando a

própria MAFERSA ou pelo Poder Público Municipal para fomentar a indústria na região do CINCO”.

O que se tem comprovado é que a agravante, em 30/07/1981, permutou com o CENTRO INDUSTRIAL DE CONTAGEM, uma faixa de terreno para realização de obras de ligação do CINCO com a BR- 040, conforme descrito no documento de nº 34, e que a ocupação da área circunvizinha pelas agravadas é decorrente do contrato de comodato de nº 44, pelo qual a MAFERSA SOCIEDADE ANÔNIMA (agravante), cedeu a faixa de terreno correspondente a 9.454m², localizado na Av. Ápio Cardoso, nº 20, bairro Cincão, Contagem/MG, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, sob o nº 84.237 à agravada TORA LOGÍSTICA, ARMAZÉNS E TERMINAIS MULTIMODAIS S/A, sendo que esta última locou parte do citado terreno para a REFRIGERANTES MINAS GERAIS LIMITADA, adquirida pela SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A (segunda agravada).

Dessa forma, em que pesem as alegações tecidas na exordial, pela agravante, ela não preencheu os requisitos necessários para o deferimento da tutela recursal requerida.” (e-STJ, fls.568/572)

Como visto, a Corte local analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, de modo que não há como reconhecer qualquer omissão ou falta de fundamentação no acórdão atacado.

O Tribunal *a quo* reconheceu, a propósito, a ausência da verossimilhança das alegações, bem como perigo de lesão grave, de difícil reparação. Nesse contexto, afastar a conclusão adotada no acórdão recorrido, à luz das provas contidas nos autos, tal como pretendido pela parte recorrente, é providência que no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. A propósito, sirva de ilustração o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível

decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 14/12/2017)*

A mais disso, à luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ firmou-se no sentido de que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Noutro vértice, a alegação de violação dos arts. 389, 397, 1.225, 1.226, 1.227 e 1.228 do CCB não merece ser conhecida, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que a única ofensa a dispositivo de lei federal passível de análise em recurso especial interposto contra decisão que nega ou concede medida cautelar ou antecipação de tutela é somente aquela que diz respeito aos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, sendo inviável eventual discussão relacionada com o mérito da ação principal.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator